

DEBATE PÚBLICO SOBRE O FUTURO DA PAC

PERGUNTAS SOBRE ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Tendo em conta o debate público sobre o futuro da Política Agrícola Comum, que se encontra em curso, e no âmbito específico da definição da futura política de Desenvolvimento Rural, propomos um pequeno texto de reflexão que se dividirá em três perguntas:

A. Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

B. Como tornar mais eficazes os instrumentos de política?

C. Como poderemos melhorar a gestão da política?

No âmbito do primeiro ponto é efectuada uma pequena abordagem e contextualização da Política Agrícola Comum (PAC), ressaltando-se neste ponto a importância que a mesma assumiu no processo de construção europeia. No desenvolvimento das reformas da PAC justificou-se a reorientação das medidas de política no sentido da integração na arquitectura da PAC de um segundo pilar - Desenvolvimento Rural. Evidenciamos assim a importância das orientações estratégicas do Desenvolvimento Rural para os territórios e seus agentes.

Na segunda e terceira questão a reflexão centra-se mais sobre a abordagem LEADER, enquanto metodologia de implementação das políticas de Desenvolvimento Rural que melhor pode contribuir para a prossecução dos objectivos da PAC.

A. Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

No Tratado de Roma (1957) está considerada como uma linha de política fundamental no processo de construção europeia a existência de uma política agrícola comum.

Ao longo dos últimos 50 anos e tendo em conta os contextos políticos e económicos ocorridos na Europa e no mundo, a Política Agrícola Comum (PAC), estabelecida em termos europeus, tem pretendido contribuir para a consolidação de um processo de defesa da agricultura europeia centrando-se no apoio ao aumento da produtividade agrícola, na melhoria qualitativa da produção e abastecimento alimentar, na diversificação das actividades em meio rural e de forma geral na melhoria dos níveis de qualidade de vidas dos territórios rurais.

Alvo de algumas reformas, nos últimos 25 anos, a PAC tem vindo a reorientar as suas perspectivas de acção, abrangendo mais o produtor no seu papel enquanto agente de um território, tendo em conta todas as suas vertentes económicas, ambientais e culturais.

Este sentido de reforma justificou a criação de uma Política de Desenvolvimento Rural, que passou a ser uma parte integrante e fundamental de toda a arquitectura da PAC, centrando-se agora as preocupações nas comunidades rurais e nas suas vivências, apostando-se na melhoria e equilíbrio da paisagem e no reconhecimento de um papel multifuncional do agricultor, da sua família e da comunidade onde se insere. A diversificação económica em espaços com características rurais, a melhoria da qualidade de vida nas vertentes sociais, económicas, ambientais e culturais passaram a integrar de forma plena as preocupações e as medidas de política da PAC.

As últimas fases de alargamento na União Europeia vieram incorporar novas e antigas realidades no contexto da agricultura e do desenvolvimento rural. Num espaço alargado à escala europeia actual é importante referir que a PAC deve ter uma visão global de uma realidade múltipla e diversificada onde a riqueza se baseia na diversidade e especificidade dos diferentes espaços.

Neste sentido, podemos referir que, quer em termos europeus quer ao nível nacional, existem as seguintes ideias-força:

- Não há uma agricultura europeia mas agriculturas;
- Não há um território rural mas uma multiplicidade de territórios de características rurais – periurbanos, com grande potencial produtivo, desfavorecidos, de montanha....
- Não há uma resposta aos problemas e dificuldades mas sim uma multiplicidade de caminhos por vezes de conflito, de forças antagónicas;
- Não há uma tipologia de agentes beneficiários, mas sim pessoas e comunidades.

Os territórios rurais constituem-se como espaços complexos onde se cruzam os produtores (agricultores/empreendedores), as suas famílias (infância/idosos), os seus valores (cultura/identidade), a suas actividades (agricultura/artesanato/serviços/), os seus efeitos (ambientais) no processo de criação de riqueza, conhecimento e qualidade de vida.

O Desenvolvimento Rural deve fazer parte da construção europeia a que a Política Agrícola Comum quer dar resposta. Em síntese, cabe pois à política de Desenvolvimento Rural responder aos principais desafios que se deparam à agricultura e aos territórios rurais, que são:

- Aumento da competitividade nos sectores agrícolas e florestais;
- Protecção e melhoria do quadro ambiental onde a actividade agrícola e florestal se desenvolve;
- A protecção e valorização dos produtos locais de qualidade;
- Melhoria do nível de qualidade de vida das comunidades rurais;
- Aumento e diversificação das actividades económicas que consolidam o tecido empreendedor local nas zonas rurais
- Criação de novas oportunidades às comunidades rurais;
- Proporcionar aos jovens mecanismos de fixação aos zonas rurais, apostando na inovação e criatividade.

Estes objectivos estão intimamente ligados às prioridades da UE para o crescimento e o emprego, a protecção do ambiente e a coesão social e territorial.

B. Como tornar mais eficazes os instrumentos de política?

Uma política agrícola europeia deve permanecer comum, com as orientações de política a serem estabelecidas a um nível macro, oferecendo assim condições de enquadramento ao todo europeu. No entanto, a aplicação de medidas de política têm impacto nos territórios rurais sendo que, neste contexto, o que existe é a multiplicidade e diversidade de realidades onde as questões de subsidiariedade se colocam e onde as capacidades locais devem ser tidas em conta.

Enquadrada nestas preocupações tem sido desenvolvida a metodologia de intervenção denominada “abordagem LEADER” estruturada em programas de iniciativa comunitária e nas políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento rural. A este nível são as comunidades rurais que, organizadas localmente em entidades, e com capacidade técnica e institucional aplicam o princípio da subsidiariedade de forma mais evidente, respeitando as especificidades locais sem deixar de ter presente as orientações comunitárias e globais. São estas entidades que podem contribuir para uma melhor coordenação dos recursos, políticas, dificuldades e potencialidades e assim contribuir para o desenvolvimento dos seus territórios.

Ao longo das últimas décadas, esta forma de intervenção, tem criado em toda a Europa uma rede de instituições que, imbuídas desta filosofia de intervenção, detêm capacidades técnicas e humanas que facilmente incorporam e enquadram as linhas de intervenção que à escala europeia se pretende implementar.

Estas entidades são baseadas em parcerias público-privadas, com dimensão territorial adequada a uma escala de intervenção eficiente, com um envolvimento e legitimidade local que, perante o seu histórico, poderão dar resposta eficaz à necessária articulação de políticas que se constroem a nível local.

“Na Europa, hoje, são 27 estados-membros, cada estado-membro é uma diversidade de regiões, de culturas, de agriculturas. É uma riqueza que os europeus querem preservar. É preciso fazer frutificar essa diversidade”, (Dacian Cioloș, Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural).

As preocupações descritas e assumidas pelos diferentes intervenientes na definição das medidas de política vão ao encontro da metodologia de intervenção assente na “abordagem LEADER”, que poderá ser a base para a construção de um processo de envolvimento dos diversos agentes locais que podem concertar aos diversos interesses.

Pelo facto de já estarem consolidadas e representarem as diversas forças locais – entidades públicas, privadas, associativas, económicas, sociais e culturais - de se encontrarem próximo dos beneficiários, de terem dado provas de possuírem sistemas de gestão, controlo e avaliação estas entidades possuem em si os fundamentos para contribuírem para uma boa e eficiente execução das políticas de desenvolvimento rural .

É pois na continuidade e aprofundamento da “abordagem LEADER” que as políticas de Desenvolvimento Rural poderão ter mais impacto na sua implementação, já que também é a este nível que poderá existir uma maior coordenação entre políticas, medidas e programas de forma a estabelecer um modelo de intervenção coerente.

C. Como poderemos melhorar a gestão da política?

Um dado importante a reter é que cerca de 90% do território da UE é definido como “zona rural”, nas suas diversas acepções -desfavorecida, de montanha, periurbana, com grande potencial produtivo... - onde vivem cerca de 60% da população europeia.

É pois neste contexto que se justifica e se evidencia a necessidade de manutenção (e expansão) de uma Política de Desenvolvimento Rural. De acordo com o Eurobarómetro cerca de 90% dos cidadãos europeus consideram que a agricultura e as zonas rurais são importantes para o futuro da Europa.

Este entendimento leva-nos a destacar neste processo de reflexão um conceito mais abrangente que é o território rural ou melhor ainda os territórios rurais.

O conceito de desenvolvimento (considerado aqui como uma mudança sustentável integrada das pessoas/agentes de um território) tem nesta reflexão uma natureza rural, ou seja o conceito integrado de desenvolvimento rural é para nós considerado como uma resposta ampla, coerente com as estruturas activas de crescimento e modernidade. Este conceito não pode deixar de estar presente no seio da reflexão e conceptualização da política agrícola comum, ou seja a existência de um 2º pilar da PAC é condição imprescindível para consolidar as dinâmicas territoriais.

Construir uma política de Desenvolvimento Rural para os Territórios passa por responder aos desafios como a gestão e ordenamento do território, ambiente, alterações climáticas, energias alternativas, qualidade de vida da população (educação, saúde, cultura, transportes...) diversificação das actividades e emprego. Esta dimensão global tem que estar articulada com a política agrícola no seu todo sob pena de existirem orientações antagónicas e divergentes sob o mesmo espaço.

Construir uma política de Desenvolvimento Rural para os Territórios passa também por integrar e interpretar grandes “mudanças” que ocorrem de forma diferente nas diversas zonas rurais Europeias. O processo de abandono da agricultura, não implica necessariamente o abandono da terra ou das áreas rurais, pois a dinâmica local pode basear-se nas mesmas pessoas e no desenvolvimento de outras actividades que não só a agricultura.

Construir uma política de Desenvolvimento Rural para os Territórios passa também por compreender e maximizar as “mudanças” que implicaram uma transformação dos territórios rurais enquanto espaços

multifuncionais onde ocorrem fenómenos de produção, consumo, protecção.

Construir uma política de Desenvolvimento Rural para os Territórios passa também por valorizar quem, de forma intencional, decide fixar-se nesses territórios – trabalhando e vivendo de e para estes espaços - mas que, por isso, exige e tem direito a níveis de qualidade de vida compatíveis com as vivências actuais.

Construir uma política de Desenvolvimento Rural para os Territórios passa também por contar com todos os agentes que, de forma coordenada, têm e podem aplicar num conceito de proximidade às políticas públicas de apoio ao desenvolvimento local.

A articulação da intervenção pública e privada assente em abordagens multisectoriais em que a dimensão territorial assenta numa escala coerente são pois os elementos chaves de suporte de uma boa implementação de políticas públicas numa vertente local.

Assim as entidades locais que melhor corporizam esta intervenção são aquelas que reúnem em si estes elementos e que de forma coordenada poderão estabelecer todas as pontes necessárias numa dimensão local até à nacional ou europeia.